

Ata da 01ª Sessão Ordinária, do 3º Período
Legislativo da 3ª Sessão Legislativa da 3ª
Legislatura da Câmara Municipal de Feliz
Natal, Estado de Mato Grosso.

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de 2007, reuniram-se na Câmara Municipal de Feliz Natal os Vereadores: Antoninha Leuci de Oliveira, Aníbal Alves Vilela, Carlos Adelar Faganello, Gerson Antonio, Ilton Provenzi, Luis Carlos de Meio, Pascoalina Grassioto, Rita de Cássia Moretti Liutti e Valdecir Rodrigues Garcia, sob a Presidência do Vereador Valdecir Rodrigues Garcia, que declarou: “De acordo com a Constituição Federal, Constituição Estadual e a Lei Orgânica de nosso Município e sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos”. Em seguida o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura das correspondências recebidas. Após, o Presidente deixou a Tribuna à disposição dos Vereadores, momento onde pronunciou-se o Vereador Luis Carlos de MeIo colocando que este ano espera que se consiga realizar todos os trabalhos que não foram feitos anteriormente. Espera também que o Presidente consiga trabalhar em harmonia com os demais Vereadores. Em seguida se pronunciou a Vereadora Pascoalina Grassioto também desejando ao Presidente e aos demais Vereadores que desempenhem um bom trabalho neste ano e que tudo corra dentro dos conformes. Logo após .se pronunciou o Vereador Ilton Provenzi relatando que é função do Vereador fiscalizar as coisas que acontecem no Município, se são ou não adequadas. Comenta que é preciso que todos trabalhem em união, pelas mesmas causas, todos juntos, Prefeito, Vereadores e munícipes. Aproveita a oportunidade para fazer um apelo com relação aos morcegos, espera que algo seja feito para acabar com este animal, pois, segundo lhe foi passado, é proibido por Lei o veneno que mata esse animal. Por isso pede a todos os Vereadores que busquem

solução para esse problema, que trás muito perigo para a saúde das pessoas. Na seqüência fez uso da palavra o Vereador Carlos Adelar Faganello desejando boa sorte à Diretora e também aos demais Vereadores, que tenham dois anos de muito trabalho e ótimos resultados. Com relação ao problema levantado pelo Vereador Ilton, comenta que todo o Mato Grosso vive hoje uma fase difícil em virtude desse animal, inclusive tem moradores que estão pensando em deixar suas casas por não saberem mais o que fazer para resolver o problema. Relata que há um Órgão, porém não sabe exatamente qual que tem pessoas especializadas para fazer o tratamento com morcegos e a Câmara precisa pedir ajuda a eles. Dando continuidade fez uso da palavra o Vereador Aníbal Alves Vilela desejando que este ano de 2007 seja repleto de aventuras e que os trabalhos realizados surtam bons resultados. E por não haver mais ninguém interessado em fazer uso da Tribuna, o Presidente passou a ordem do dia solicitando ao 1º Secretário que informasse o Quorum presente, informando o mesmo que havia nove vereadores presentes. Prosseguindo o Presidente convidou o 1º Secretário para fazer a leitura do Projeto de Lei Legislativo nº 003/2007, que autoriza a Câmara Municipal a efetuar contratação de servidores que menciona, e dá outras providências. Em seguida o Presidente Despachou o Projeto de Lei Legislativo nº 003/2007 à Comissão de Redação, Justiça, Finanças e Orçamento. Na seqüência o Vereador Carlos Adelar Faganello, Presidente da Comissão solicitou dispensa de interstício. Após votação da dispensa de interstício, o Presidente suspendeu a Sessão por alguns minutos para que a Comissão pudesse fazer a análise do Projeto. Retomando aos trabalhos, o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura da ata da Comissão de Redação, Justiça, Finanças e Orçamento. Após, colocou em discussão o Projeto de Lei Legislativo nº 003/2007, fazendo uso da palavra o Vereador Carlos Adelar Faganello relatando que a Comissão trabalha com o intuito de analisar se o Projeto é ou não Constitucional o que não significa que o Vereador tenha que ser

favorável ao Projeto na hora de votação do mesmo e, como o Projeto é Constitucional, seu voto foi favorável e, mesmo tendo dois votos contra, sendo eles dos membros da Comissão, o Projeto vai para a votação. Acredita que, quando os Vereadores reivindicam alguma coisa, eles precisam manter sua posição depois. Não quer defender o Presidente, porém afirma que alguns Vereadores fizeram essa reivindicação ao Presidente e agora são contrários. Por isso pensa que, quem fez essa reivindicação de contratação de funcionário deve pensar um pouco, fazer uma análise, pois, caso contrário, em pouco tempo, a Câmara estará passando uma imagem de irresponsabilidade diante dos munícipes. Na seqüência se pronunciou o Vereador Ilton Provenzi confirmando seu apoio ao Projeto, até pelo fato de se tratar de um Projeto do próprio Legislativo. Pensa que toda vez que o Legislativo colocar para apreciação do Plenário um Projeto, como ele é da Mesa Diretora, se houver qualquer dúvida, ele deve ser melhor analisado por toda Mesa Diretora antes de colocado em pauta, caso contrário, melhor que seja retirado de pauta, até por conta da má imagem que a Câmara está passando para os munícipes. Logo após se pronunciou o Vereador Aníbal Alves Vilela manifestando-se contrário à aprovação do Projeto porque não foi alocado recurso no Orçamento da Câmara para contratação de funcionários para o ano de 2007, também pelo fato de que esta Câmara trabalhou nos anos de 2005 e 2006 sem fazer contratação e a Casa foi tocada de uma forma responsável. Outra justificativa é porque o Município, o Estado e a própria Federação não estão realizando contratação de funcionários, pois todos estão passando por um período difícil, a nossa própria Casa de Leis se encontra em situação precária, onde o Vereador não possui recursos para se deslocar, como na semana passada que ocorreu um encontro com o Governador do Estado em Sinop e sua pessoa não pode presenciar a vinda do Governador e demais autoridades porque esta Casa não tinha recursos para que um Vereador pudesse se deslocar para lá. Diante disso, acha desnecessário contratar

um funcionário. Afirma respeitar o ponto de vista do Presidente, porém é contra qualquer tipo de contratação para esta Casa de Leis no momento, principalmente por não haver recurso disponível no Orçamento. Afirma que é preciso pensar muito bem antes de tomar qualquer decisão, pois, quem responderá depois é esta Casa de Leis, diante disso é preciso ter responsabilidade. Deixa claro que sempre foi a favor de contratar uma assessoria para esta Casa, relata que nos últimos dois anos trabalhou em cima disso, contudo, diante da atual situação financeira que estamos passando, não há recursos disponíveis para esse fim. Sugere ao Presidente que altere o Projeto, colocando que passe a vigorar a partir aí sim será favorável, pois esse é o tempo que a Câmara levará para sair do vermelho. Na seqüência se pronunciou a Vereadora Rita de Cásia M. Liutti também se manifestando desfavorável, no momento ao Projeto pelo fato de não haver alocado recursos no Orçamento para esse fim e também, porque acredita que os Vereadores não dão assim tanto trabalho para as funcionárias da Câmara. Relata que sempre que precisa de uma assessoria solicita-a ao Dr. Ary, Assessor Jurídico da Câmara, pois ele nunca negou ajuda. Dando continuidade fez uso da palavra a Vereadora Pascoalina Grassioto também manifestando-se contrária ao Projeto e relatando que esteve em Sinop, na sexta-feira no encontro com o Governador e afirma que ele foi muito claro ao afirmar que está cortando até gasolina para reduzir despesas, devido as dificuldades que todo o Estado passa. Diante disso, acredita que não há necessidade de contratação de mais um funcionário na Câmara, até porque as duas funcionárias do administrativo estão fazendo muito bem o seu trabalho. Mas reafirma que o principal motivo é a falta de Orçamento, até porque não se trata apenas do salário desse novo funcionário, mas tem também todos os encargos sociais a serem pagos e, futuramente, será preciso primeiro alocar recursos para esse fim. Outra contratação que o Presidente pretende fazer é a de um vigia, comenta que até hoje esta Casa de Leis nunca foi violada e espera que continue assim. Portanto, tudo que

a Câmara economizar com contratação, pode ser investido melhor de outra forma. Logo após fez uso da palavra o Vereador Gerson Antonio explanando alguns motivos pelos quais é contra a aprovação deste Projeto no momento, pois, pode até ser favorável a ele daqui a alguns dias quando a Câmara estiver em melhor situação com as finanças, pois se trata de uma questão de tempo. Também seria uma contradição muito grande de sua parte, que, após dois meses de deixar a Presidência desta Casa, aprovar este Projeto de Lei autorizando contratação de funcionário, sendo que então poderia tê-lo feito em seu Mandato como Presidente. Pelo seu ponto de vista, acredita que no momento não há necessidade de contratação de uma pessoa para assessorar os trabalhos burocráticos desta Casa. Outra questão levantada pelo Vereador, é que neste Projeto não consta quais servidores serão contratados, não se sabe se será uma assessora, uma assistente, uma vigia, ou seja, não consta qual cargo essa pessoa irá assumir. Afirma que, em alguns meses pode até ser favorável ao Projeto, desde que seja melhor especificado no Projeto e também após as finanças desta Casa estar em melhor situação, pois o nosso repasse é mensal e é preciso primeiro fazer certa economia para depois planejar os investimentos e os recursos que serão destinados tanto para viagens, como para contratação de funcionários. Na sequência se pronunciou o Vereador Luis Carlos de MeIo, também deixando seu voto desfavorável ao Projeto e colocando que acredita que os Vereadores não precisariam discutir em Plenário questões internas da Casa, quando poderiam ter feito uma reunião a respeito em outra oportunidade, e discutir para que o Projeto viesse para aprovação com segurança. Pensa que o público que está presente nessa Sessão, vem para ouvir discussões para o bem da comunidade e não para ouvir reclamações do funcionamento interno da Casa. Logo após fez uso da palavra o Vereador Carlos Adelar Faganello colocando que acredita que o impasse que aconteceu foi falha da Mesa Diretora, pois é a Mesa quem dirige a Câmara e ela está passando para o público que assiste essa Sessão a imagem de que a Câmara está gastando

além do que poderia, porém é preciso lembrar que, no mês de dezembro, esta Casa de Leis devolveu para os cofres públicos R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais), além de que foi devolvido o Orçamento que estava disponível para a construção do prédio próprio da Câmara para ajudar na Secretaria de Saúde do Município, por isso, pensa que a Mesa Diretora precisa dialogar mais, pois, se continuar assim, a imagem que a Câmara vai apresentar no Município é de que está gastando além da conta. Com relação às diárias que o Vereador Vilela colocou, pensa que quando o Vereador quer mostrar um serviço sério, em prol da Comunidade, não é a viagem que conta tanto assim, pois o Vereador arruma outra forma de ir, como de carona, por exemplo. Afirma que votará a favor do Projeto em respeito a pessoa do Presidente, porque sentiu que a Mesa acabou jogando o Presidente contra os demais. Em seguida o Presidente passou a Presidência ao Vice-Presidente Aníbal Alves Vilela para fazer seu pronunciamento, onde colocou que o pedido para fazer essa contratação veio de dois Vereadores desde a época em que era candidato a ser Presidente, onde eles pediram que fosse contratada uma Assessoria para eles, afirmam que cumpriu com a sua palavra. Relata que procurou o Assessor Jurídico da Câmara Dr. Ary, para saber se poderia ser feito legalmente, o que foi feito. As candidatas à vaga, que foram treze pessoas, vieram à Câmara para fazer a entrevista. Hoje o Vereador Aníbal Alves Vilela veio lhe dizer pessoalmente que esse dinheiro que iria ser gasto com uma funcionária é dinheiro que ele poderia fazer uma viagem à Cuiabá. Relata que foi à Cuiabá, mas que pegou dinheiro emprestado do Prefeito para fazê-lo. Também foi à Sinop, com dinheiro do seu bolso, pois tem interesse. Depois, o Vereador Vilela veio lhe pedir desculpas. Indaga por que antes de ser colocado este Projeto em Pauta este Vereador não o procurou para dizer que não fizesse essa contratação, pois aí não teria sido feita a seleção com as candidatas à vaga. Está certo de que não será bem visto diante dessas pessoas, mas que irá pedir desculpas a elas, porém não em seu nome, mas sim em nome de toda a

Casa de Leis. Sabe que a responsabilidade cai sobre si, porém não é só sua, mas também do seu Vice-Presidente, que deveria ter lhe procurado e orientado para que não fosse feito. Na seqüência retomou á Tribuna o Vereador Luis Carlos de Melo colocando que deveria sim ser discutido - entre a Mesa Diretora o Projeto em pauta, contudo afirma que a Mesa não foi convocada e, muito menos, comunicada a respeito do Projeto. E isso é vergonhoso para todos os Vereadores, pois estão, em Sessão Ordinária discutindo assuntos internos da Casa enquanto as pessoas que vieram assistir à Sessão, vieram com a intenção de ver os Vereadores discutindo assuntos para o bem comum do Município. Pede ao Presidente que retire o Projeto de Pauta, para, em outra ocasião, discutirem esse assunto. Na seqüência o Vereador Ilton Provenzi voltou à Tribuna para solicitar ao Presidente que, se o Projeto for aprovado, que sejam contratadas pessoas dignas, descentes e que tenham capacidade e responsabilidade de atender a nossa população com o respeito que ela merece. Na seqüência o Vice-Presidente Aníbal Alves Vilela devolveu a Presidência ao Presidente Valdecir Rodrigues Garcia e retomou à Tribuna para dizer ao Vereador Carlos Faganello que é muito fácil ir à Tribuna para falar que quando o Vereador quer realmente trabalhar ele pega uma carona ou vai à pé, contudo pede que os outros se coloquem em seu lugar, pois se existem nessa Casa um Vereador que sempre se dedicou integralmente a disposição do povo desta Casa e do Município é o Vereador Aníbal Alves Vilela. Relata que quando o Vereador requer uma diária para se deslocar à Cuiabá, pode-se ter certeza de que ele vai atrás de reivindicar algo de bom para a saúde, ou para a educação, ou para a agricultura ou para o esporte e lazer, pois é nesse intuito que o Vereador viaja. Diante disso não pode concordar com a opinião do Vereador Carlos Faganello que disse que falta apenas vontade. Ao Presidente Valdecir, coloca que os problemas internos, como já foi colocado, devem ser informados à Casa e por isso reafirma que não é hora de efetuar contratações, deve-se esperar que as finanças

normalizem. Em seguida o Presidente retirou o Projeto de Lei Legislativo nº 003/2007 de pauta. Dando continuidade o Presidente solicitou ao 1º Secretário que fizesse a leitura do Projeto de Lei Municipal nº 005/2007, que autoriza o Poder Executivo Municipal a requerer junto ao INCRA a posse do lote nº 259 do Assentamento ENA do Município de Feliz Natal e dá outras providências. Em seguida o Presidente Despachou o Projeto de Lei Municipal nº 005/2007 à Comissão de Redação, Justiça, Finanças e Orçamento. Na sequência o Presidente solicitou ao 1º Secretário que fizesse a leitura do Projeto de Lei Municipal nº 006/2007, que altera o artigo 16º da Lei Municipal nº 177/2005 e dá outras providências. Em seguida o Presidente Despachou o Projeto de Lei Municipal nº 006/2007 à Comissão de Redação, Justiça, Finanças e Orçamento. Dando continuidade o Presidente solicitou ao 1º Secretário que fizesse a leitura do Projeto de Lei Legislativo nº 001/2007, que dispõe sobre a instalação de pontos de táxi na sede do Município de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Em seguida o Presidente Despachou o Projeto de Lei Legislativo nº 001/2007 à Comissão de Redação, Justiça, Finanças e Orçamento. Prosseguindo o Presidente convidou o 1º Secretário para fazer a leitura do Projeto de Lei Legislativo nº 002/2007, que dispõe sobre vedação de autoridade ao Chefe do Poder Executivo no que diz respeito à nomeação de Diretores de Escola Públicas Municipais em toda a área geográfica do Município. Em seguida o Presidente Despachou o Projeto de Lei Legislativo nº 002/2007 à Comissão de Redação, Justiça, Finanças e Orçamento. Prosseguindo o Presidente convidou o 1º Secretário para fazer a leitura do Requerimento nº 001/2007, que requer providências urgentes para entregar a quem é de direito as casas da 2ª parte do Conjunto Habitacional Meu Lar. De autoria da Bancada PSDB, PFL e PP. Após a leitura, o Presidente colocou o Requerimento nº 001/2007 em discussão, fazendo uso da palavra a Vereadora Pascoalina Grassioto relatando que no encontro com o Governador em Sinop, na

semana passada, ela, o Vereador Gerson e a primeira dama conversaram com o Secretário Geral do Governador a esse respeito o qual lhes informou que em março serão terminadas as obras nessas casinhas, pois falta ainda fazer o asfalto e algumas adequações. Mas ele pediu para não permitir a entrada dos moradores antes de acabar as obras, contudo ele garantiu que serão tomadas as devidas providências para que seja feita a inauguração no final de março ou até maio. Na seqüência se pronunciou o Vereador Ilton Provenzi lembrando que a primeira etapa das Casas Populares que foram construídas em Feliz Natal, ocorreu na época em que era Presidente da Câmara e, foi formada uma Comissão por representantes de todas as Entidades constituídas em nosso Município, e solicita informações a respeito dessa Comissão, se ela está ainda constituída, se está em funcionamento ou não, gostaria de saber a título de esclarecimento, para se alguém lhe perguntar alguma informação a respeito, estar apto a informar. Logo após se pronunciou o Vereador Gerson Antonio colocando que, mesmo tendo uma resposta de forma verbal do Secretário de Infra-Estrutura, manterão o Requerimento, até por se tratar de um Requerimento que foi aprovado por unanimidade por esta Casa de Leis, Requerimento que contemplava ainda a questão da água e da energia elétrica que depois foi solucionada. Relata que, além da pressa que essas pessoas tem de residir em suas casas, se faz também, necessário algum documento por escrito para que o próprio Executivo possa tentar acalmar essas pessoas que tem a esperança de, em abril ou maio, conseguirem suas casas. Outra questão colocada pelo Vereador é que existe uma Comissão para fazer a seleção das pessoas que terão direito e irão pra sorteio, contudo, essa Comissão em 2007 ainda não foi acionada. Acredita que assim que começarem os trabalhos da pavimentação das ruas, aí sim estará bem próxima da inauguração e entrega dessas moradias e então será acionada essa Comissão que fará os preparativos para que essas pessoas possam ir para suas casas. Na seqüência se pronunciou o Vereador Luis Carlos de Melo manifestando-

se favorável ao Requerimento, porém colocando que não sabe de quem é a culpa por essa demora na entrega das casas, se é do Governo do Estado ou do Município. De qualquer forma, acredita que é uma falta de respeito para com a comunidade, até porque essas casas estão prontas a mais de um ano e há uma grande deficiência no Município nessa área, pois existem famílias morando em condições precárias e é preciso correr atrás para solucionar o problema. Em seguida fez uso da palavra o Vereador Carlos Adelar Faganello explicando que a culpa da não entrega das casas populares é do Governo do Estado, pois existe uma Lei específica que diz que não se pode entregar as casas sem pavimentação asfáltica, a rede de água e a de energia elétrica. Assegura que a parte que a Prefeitura poderia fazer foi feita, contudo o Governo do Estado está devendo a pavimentação, e por isso não pode ser feita a inauguração. E por não haver mais ninguém interessado em fazer uso da palavra, o Requerimento nº 001/2007 foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida o Presidente convidou o 1º Secretário para fazer a leitura da Indicação nº 001/2007, que indica no sentido de consertar a cobertura da quadra poli - esportiva. De autoria da Bancada PSDB, PFL e PP. Após a leitura, o Presidente colocou a Indicação nº 001/2007 em discussão, e por não haver ninguém interessado em fazer uso da palavra, a Indicação nº 001/2007 foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. Prosseguindo o Presidente convidou o 1º Secretário para fazer a leitura da Indicação nº 002/2007, que indica ao Deputado Juarez Costa no sentido de indicar a rua a ser asfaltada na Zona Urbana de Feliz Natal, ou seja: dar continuidade à Rua Francisco de Oliveira Caldeira, onde faltam cerca de 200 metros, e a Rua São Carlos em toda a sua extensão. De autoria da Vereadora Rita Cássia M. Liutti. Após a leitura, o Presidente colocou a Indicação nº 002/2007 em discussão, fazendo uso da palavra a Vereadora autora da matéria, Rita de Cássia M. Liutti, esclarecendo que foi contemplada com a pavimentação asfáltica de uma rua da cidade à sua escolha, resultado de uma

reivindicação feita a seu Deputado Juarez Costa e, com muita satisfação, coloca a presente Indicação para apreciação dos Vereadores que, ao aprovada, vai diretamente para as mãos do Deputado Juarez Costa. E por não haver mais ninguém interessado em fazer uso da palavra, a Indicação nº 002/2007 foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida o Presidente convidou o 1º Secretário para fazer a leitura da Indicação nº 003/2007, que indica no sentido de firmar um Convênio com a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nova Ubiratã, para que seja transferida toda a assistência médica dos moradores do Assentamento Entre Rios para Feliz Natal. De autoria do Vereador Aníbal Alves Vilela. Após a leitura, o Presidente colocou a Indicação nº 003/2007 em discussão, fazendo uso da palavra o Vereador Aníbal Alves Vilela que explanou os motivos por entrar com esta matéria, onde disse que a maioria dos moradores daquele Assentamento tem residência no Município de Feliz Natal, até pelo fato de a sede do Município a que pertence o referido Assentamento, que é Nova Ubiratã, se encontra muito mais longe do que Feliz Natal. Coloca também que a Constituição Federal assegura que “...saúde é um direito de todos e dever dos governantes”, e por isso afirma que, independente do lugar que estejam morando, eles tem direito à assistência. Relata que algum Vereador pode levantar a questão da saúde pública de Feliz Natal estar sobrecarregada, pois, por vezes, faltam médicos, dentistas, remédios, etc; porém acredita que é injusto ver as pessoas padecendo sem assistência e, baseado nisso, no bem estar comum, que entra com esta Indicação. Em seguida se pronunciou o Vereador Ilton Provenzi relatando que é um dever do SUS, Sistema Único de Saúde, atender a todos, e afirma que em momento algum os moradores do Assentamento Entre Rios deixaram de ter o atendimento básico aqui em Feliz Natal. Afirma que não é contra que o pessoal de Nova Ubiratã seja atendido aqui em Feliz Natal, é contra que seja firmado um Convênio que comprometa nosso Município a sustentar a saúde pública dos habitantes de Nova Ubiratã, pois, em pouco tempo,

esse Município estará sugando tudo o que puder no que diz respeito a saúde pública de nosso Município. E deixa claro que não é contra que os moradores de Nova Ubitatã sejam atendidos em Feliz Natal, pelo contrário, é muito a favor, apenas é contrário a firmar um Convênio que cause obrigações e responsabilidade ao nosso Município. Logo após fez uso da Tribuna o Vereador Luis Carlos de Melo manifestando seu voto contrário à proposição, e justificando-se dizendo que é em virtude de Feliz Natal não conseguir atender, através da saúde pública, todos os nossos munícipes, e sobrecarregaria o Município atender ainda a comunidade vizinha. Relata também que temos em nosso Município um Assentamento, que dista cerca de cem quilômetros da sede da cidade, onde até hoje não foi instalado um Posto de Saúde. Diante disso coloca que se a nossa Saúde Pública não consegue atender nem todos os nossos munícipes, então não tem condições de abraçar ainda pessoas de outro Município. Para finalizar, o Vereador pediu abstenção de seu voto. Na seqüência se pronunciou o Vereador Gerson Antonio relatando que não podemos dar um papel a Prefeitura Municipal de Nova Ubitatã, como para qualquer outro Órgão, que depois nos comprometa. Afirma primeiramente que nunca foi negado atendimento a essas pessoas em Feliz Natal. Também coloca que cumprir a Constituição Federal é dever da União, do Estado e do Município e, onde o Vereador Vilela argumenta dizendo que é um preceito legal, assegura que ele está enganado, pois para isso existe Estado e Município e as competências estão bem distribuídas, por isso coloca que o argumento está errado. Explica que o artigo da Lei Orgânica, citado pelo autor, não dá legalidade para esse tipo de convênio com o SUS, por isso afirma que esse argumento realmente existe, porém para outras situações. Outro argumento usado pelo Vereador e que discorda é com relação ao fato dele dizer que essas pessoas têm residência em Feliz Natal, pois, se elas tem residência aqui já estão contempladas com o atendimento, porque ela consta, na hora em que o Agente Municipal de Saúde visita a casa. Deixa

claro que não tem nada contra o atendimento de pessoas de Nova Ubiratã, isso tem que continuar acontecendo e quando a pessoas chega no Posto de Saúde, ela será atendida, porém não se pode deixar um documento por escrito para que depois as pessoas possam cobrar uma competência que não é do nosso Município, sem antes atender da forma que merece ser atendido o nosso munícipe. Diante do exposto, afirma que é contrário à assinatura do Convênio. E por não haver mais ninguém interessado em fazer uso da palavra, a Indicação nº 003/2007 foi colocada em votação sendo reprovada por sete votos, sendo eles dos Vereadores Carlos Adelar Faganello, Antoninha Leuci de Oliveira, Pascoalina Grassioto, Ilton Provenzi, Rita de Cássia M. Liutti, Luis Carlos de Melo e Gerson Antonio. Prosseguindo o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura da Indicação nº 004/2007, que indica no sentido de fazer a iluminação nas ruas próximas à Escola Estadual André Antônio Maggi. De autoria do Vereador Luis Carlos de Melo. Em seguida, o Presidente colocou a Indicação nº 004/2007 em discussão, pronunciando-se o Vereador Luis Carlos de Melo comentando que entrou com essa Indicação pensando em melhores condições para os alunos que irão estudar naquela escola, pois não há iluminação pública em toda aquela área próxima à escola. Diante disso, solicita o apoio dos Vereadores para aprovação da matéria. Em seguida se pronunciou a Vereadora Rita de Cássia M. Liutti quebrando o protocolo, para solicitar que seja esclarecido por que foi adiado o início das aulas na Escola Estadual. Com relação à proposição em pauta, manifesta-se totalmente a favor, pois, por falta de iluminação, acontecem estupros, assaltos a mão armada, e outras coisas desse gênero. Aproveita para solicitar que seja feita a iluminação pública também na continuação da Avenida Perimetral Norte, sentido às Madeiras Imapil e Joana Darck, onde a escuridão também é intensa e inclusive já solicitou diversas vezes que essa iluminação fosse feita, mas um joga o problema para o outro e até hoje não foi atendida. Logo após se pronunciou o Vereador Carlos Faganello

também manifestando-se favorável à matéria, pois iluminação pública é um direito de todos. Explicando, mais uma vez, como funciona a questão da iluminação pública, esclarece que, em alguns pontos da cidade, como neste trecho até a Madeireira Imapil, só existe rede de alta tensão e só as madeireiras estão interligadas à rede, todavia, para instalação da iluminação pública, é preciso a rede de baixa tensão, porém a CEMAT não tem interesse de puxar essa rede de baixa tensão, pois ali quase não há moradias e, justamente por faltar essa rede, não há como o Executivo fazer a sua parte, que é a de instalar a iluminação pública. Na seqüência fez uso da palavra o Vereador Ilton Provenzi comentando que esse assunto é bastante extenso e que, quando a CEMAT começou a fazer a cobrança da taxa de iluminação pública iniciaram-se os problemas com os moradores que tem de pagar esta, mas que não são beneficiados devido à falta de baixa tensão, diante disso, coloca que a única forma de resolver o problema é do Executivo, talvez em parceria com os empresários arcarem com as despesas para fazer a rede de baixa tensão, porém esse é um processo longo, que não pode ser feito de uma hora para outra. Finaliza confirmando seu voto favorável à Indicação. Logo após a Vereadora Pascoalina Grassioto relatou que, em conversa com o Prefeito, o mesmo afirmou que já foram feitos dois orçamentos para fazer a iluminação pública no trecho citado pela Vereadora Rita e espera que ainda esse ano seja feita a iluminação nesse trecho. Quando à Indicação, é favorável. E por não haver mais ninguém interessado em fazer uso da palavra, a Indicação nº 004/2007 foi colocada em votação sendo aprovada por todos. Prosseguindo o presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura da Indicação nº 005/2007, que indica no sentido de fazer uma tubulação para esgotamento de água de enxurrada nas ruas do Bairro Boa Esperança. De autoria do Vereador Luis Carlos de Melo. Em seguida, o Presidente colocou a Indicação nº 005/2007 em discussão, pronunciando-se o Vereador Luis Carlos de Melo que colocou da importância de fazer essa tubulação, pois a valeta

que as enxurradas fizeram é muito grande e traz muita dificuldades para os moradores daquele Bairro. Relata que a criação dessa Vila é Inconstitucional porque foi construído às margens do rio, porém como foi puxada a rede de energia elétrica, foi-se tornando um Bairro e hoje não há mais como mudar, pois para isso, seria preciso construir casas e tirar aqueles moradores dali. Afirma que as pessoas que ali residem, não tem culpa de nas e o Município precisa arcar com as conseqüências. O que quer dizer é que essas pessoas também pagam seus impostos e tem direito aos mesmos benefícios que os moradores do centro da cidade têm. Pelo exposto, solicita o apoio dos demais Vereadores para aprovação da Indicação. Prosseguindo se pronunciou o Vereador Carlos Adelar Faganello iniciando com seu voto favorável à matéria, que, sem dúvida é muito importante. Esclarece a população presente que o custo para fazer essa tubulação é muito alto e o Prefeito correu atrás de alocar recursos e, os recursos que conseguiu serviram para a instalação da rede de água, que já consta em cerca de oitenta por cento das casas, porém ainda faltam recursos para terminar a rede de água. Coloca que todos sabem da dificuldade onde a água das enxurradas passa, pois ela leva tudo consigo, porém precisa deixar claro que a Prefeitura não consegue fazer uma obra sozinha, é preciso alocação de recursos do Estado ou da Federação. Comenta que já foi comprada uma parte dos tubos e espera que essa obra seja feita o quanto antes possível. Logo após fez uso da Tribuna o Vereador Ilton Provenzi comentando que realmente esta é uma obra muito cara e que não se pode tentar fazer por cima, para gastar menos, pois já houveram casos de tubulações que foram feitas e que deram problema depois, fazendo no fim com que saísse ainda mais caro. Relata que, a Câmara aprovando a Indicação, certamente o Prefeito acatará essa decisão, porém as pessoas não devem se iludir pensando que essa obra será feita de imediato, pois é algo demorado e que requer paciência. Finaliza manifestando seu voto a favor da Indicação. Em seguida se pronunciou o Vereador Aníbal Alves Vilela dizendo que esta proposição

do Vereador Luis é muito bem vinda, até porque tem um carinho muito especial pelos moradores daquele Bairro. Assegura ser parceiro a esta matéria. E por não fazer mais uso da palavra, se despede de todos. E por não haver mais ninguém interessado em fazer uso da palavra, a Indicação nº 005/2007 foi colocada em votação sendo aprovada por todos. Dando seguimento o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura da Indicação nº 007/2007, que indica no sentido de, em caráter de urgência, colocar pranchas em lugar daquelas que apodreceram ou caíram da Ponte sobre o Rio Tartaruga. De autoria da Bancada PSDB, PFL e PP. Em seguida, o Presidente colocou a Indicação nº 007/2007 em discussão, pronunciando-se a Vereadora Antoninha Leuci de Oliveira comentando que tem certeza de que esta proposição será aprovada por unanimidade, mesmo que o que todos querem é que seja construída uma nova ponte sobre o Rio Tartaruga, mas isso não poderá ser possível até porque a água está quase encostando na Ponte, pois passou no dia anterior por essa ponte e pode ver o estado em que se encontra e afirma que ela necessita realmente de reforma urgente. Na seqüência se pronunciou a Vereador Gerson Antonio explanando que todas as pessoas que entram ou saem do nosso Município depende, quase que exclusivamente, daquela passagem. Relata que ali é uma Rodovia Estadual, a MT 225, que é de competência do Governo de Estado de Mato Grosso. Pelo fato desta ponte estar em estado bem precária e também da população se encontrar bem mais próxima do Prefeito do que do Governador a cobrança recai sobre o Executivo Municipal. Coloca que fiz essa cobrança de forma verbal por várias vezes ao Executivo do Município, porém está agora reforçando por escrito essa propositura. Sabe que neste ponto será construída uma ponte nova, pois está orçado na Secretaria de Infra-Estrutura do Governo do Estado para este ano. Afirma que já faz dois anos que a Câmara Municipal está lutando para que aconteça a efetuação desta obra, contudo, infelizmente as coisas não acontecem na velocidade que nós queremos, mas acredita que com a

ajuda do Governador, dos nossos Deputados Estaduais, além da cobrança dos Vereadores e da população essa obra será realizada ainda neste ano. Diante do exposto, deixa claro que, neste momento, esta proposição vem no sentido de oferecer segurança para quem passa por essa ponte, até que seja construída a nova ponte. Com relação à pergunta feita pela Vereadora Rita sobre o atraso no início das aulas, esclarece que este atraso se deve ao fato de estarmos iniciando o ano com uma Escola Estadual, aonde alunos de parte do Ensino Fundamental, mais especificamente de 7ª e 8ª séries e todos os alunos do Ensino Médio foram transferidos para a Escola Estadual, não foi possível o Governo do Estado preparar o mobiliário para início das aulas. Assegura que as Escolas Municipais estão em condições de funcionar, porém, os veículos escolares que vão transportar os alunos são os mesmos e, se iniciarem as aulas das Escolas Municipais e da Escola Estadual não, chegará um período no mês de julho e outro no mês de dezembro aonde os ônibus deveriam transitar apenas para trazer os alunos da Escola Estadual e, pensando nisso, decidiu-se colocar o início das aulas na mesma data, para que se caminhe sempre junto, Estado e Município. Afirma que se o mobiliário da Escola Estadual chegar até pelo dia vinte e cinco de fevereiro, então as aulas ainda iniciam em fevereiro. Esclarece que Estado não tem transporte escolar, pois quem fará esse transporte é o Município, mas será feito um Convênio para que o Estado auxilie o Município nesse sentido. Em seguida se dirigiu à Tribuna o Vereador Luis Carlos de Melo manifestando-se favorável à Indicação, pois ela é de suma importância. E finalizou agradecendo a todos que vieram assistir os trabalhos desta Casa de Leis. E por não haver mais ninguém interessado em fazer uso da palavra, a Indicação nº 007/2007 foi colocada em votação sendo aprovada por todos. E por não haver mais nada a constar na ordem do dia o Presidente encerrou a Sessão, e Eu lavrei a presente Ata que após lida e aprovada vai assinada por mim, pelo Presidente e demais Vereadores.